

CEDI

Povos Indígenas no Brasil

Fonte O Estadão Class.: Nambikwara/Sararé
 Data 18 e 19/07/93 Pg.: 100

Funai combate garimpagem em área indígena

Devido à destruição e ao espólio que vêm ocorrendo nas terras da União que compreendem o território dos índios Nambikwara, do Vale do Guaporé, a Fundação Nacional do Índio (Funai), através de sua administração regional em Vilhena, vem desencadeando uma operação especial de fiscalização no intuito de impedir a prática ilegal de garimpagem dentro da área, bem como a exploração ilícita de madeiras de lei na região. Apesar da falta de fundos para a realização deste tipo de operações por parte da Funai, o indigenista Edson Beiriz, administrador da fundação em Vilhena, encaminhou um apelo diretamente ao presidente do órgão, em Brasília, assim como ao Ministério da Justiça, no sentido de a situação perdure e continue se agravando a cada dia, uma vez que "os madeireiros de Pontes e Lacerda e também de Comodoro, no Mato Grosso, estão aliciando os índios Nambikwara nos cerrados da chapada dos Parecis, onde há grande quantidade de madeiras de lei, de forma a garantir a ajuda dos indígenas na prática de roubos dentro de suas próprias terras". Além disso, os madeireiros vêm armando os índios e incentivando-os a combater e até mesmo matar o índios mais recalcitrantes, que ainda procuram resistir contra a invasão de seus territórios e tentam impedir a venda de madeiras de suas áreas, como mogno e cerejeiras, que geralmente são trocados por fardos de açúcar ou carros velhos.

Buscando soluções para o problema, a Funai conseguiu fundos para mobilizar as suas administrações de Vilhena e Cuiabá, numa operação que envolve 18 servidores da fundação, dois delegados e 30 agentes da Polícia Federal que passa atualmente por grave crise -, além de 15 fiscais do Instituto Brasileiro do Meio-Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama). Nesta operação, cerca de 300 garimpeiros foram expulsos da Área Indígena Sararé, ao mesmo tempo em que 17 motores utilizados nos garimpos era localizados e destruídos. Segundo Beiriz, a explicação para o fato da operação ter localizado um pequeno número de moto-

res é de que os garimpeiros foram avisados sobre a mobilização da Funai e dos demais órgãos na área, "pois, embora se trata de uma operação sigilosa, a imprensa de Cuiabá divulgou uma nota um dia antes da chegada das equipes da Funai, Ibama e Polícia Federal nos garimpos de Sararé. Com isso, os garimpeiros tiveram tempo de enterrar a maior parte dos motores, bombas d'água e tambores de óleo, abandonando pacificamente a área, antes da chegada das equipes de fiscalização".

Concluída a operação "de desintrusão dos garimpos de Ferrugem I, Ferrugem II, Tio Lico, Zé Luiz, Guilherme e da "Fofoca dos Índios", foi dado, no último dia 9, início à segunda etapa operacional, com a inspeção de todas as madeiras situadas no município de Pontes e Lacerda", destacou o administrador da Funai. Contudo, as denúncias feitas pela Funai, dando conta de que pelo menos 80% do mogno e cerejeiras encontrados nas serrarias da cidade matogrossense eram procedentes das áreas indígenas do Vale do Guaporé, os fiscais do Ibama não tiveram meios de comprovar a situação e, assim puderam somente aplicar pequenas multas em algumas poucas serrarias de Pontes e Lacerda. Como exemplo, Beiriz cita o fato de que, apesar de ter sido encontradas 2.000.800

toras no pátio da madeireira "Quatro Meninas", de propriedade de Sebastião Bronski, o Ibama somente fez multá-lo por haver deixado de reflorestar uma pequena área explorada pela serraria. De acordo com Beiriz, a multa aplicada na serraria de Bronski, "uma bagatela de Cr\$ 70 milhões, que corresponde ao preço de apenas três metros cúbicos de mogno no mercado nacional, não equivale sequer ao que se obtém com a comercialização de uma única árvore adulta".

Para o administrador da Funai, "é lamentável que, após tantas dificuldades para realizarmos um trabalho operacional deste porte, visando a moralização da população no que concerne o respeito aos povos indígenas e à preservação das últimas florestas virgens de seus territórios, uma instituição como o Ibama proceda desta forma inócua. Isto nos faz recordar o que o ex-secretário do Meio-Ambiente, José Lutzenberg afirmou pouco antes de sua exoneração, ao asseverar que o Ibama não passava de uma sucursal de madeireiros".

Índios em pé de guerra

Conforme acrescenta Beiriz, os madeireiros do Vale do Guaporé vivem alegando que só extraem madeiras de áreas de fazendas, apesar das inúmeras vezes que foram apenados roubando dentro da área indígena. No entanto, o administrador da Funai em Vilhena afirma que, "pouquíssimas exceções, a madeira de lei da região já se esgotou nas fazendas. Algumas fazendas, na realidade, escondem madeiras esplanadas originalmente dentro das reservas indígenas".

Contudo, a denúncia mais grave feita pelo indigenista é quanto ao fato de estarem os madeireiros "jogando os índios uns contra os outros. Como os Nambikwaras dos cerrados - observa Beiriz - não têm madeiras em suas áreas, eles facilitam a invasão de madeireiros em áreas que não lhes pertencem. Assim, no mês passado, um madeireiro se dirigiu até uma aldeia do cerrado, munido de uma metralhadora, com o objetivo de pedir que os Nambikwara exterminassem os índios do Vale do Guaporé, que são contra a venda de madeira. E mais recentemente, o índio Vicente Nambikwara, filho de um seringueiro negro e de uma índia da al-



Essa é uma parte da reserva Nhabikwara, onde os índios que resistem às invasões podem ser mortos

deia de Serra Azul, nos cerrados, tentou matar um índio Wasusu, contra quem disparou quatro tiros com um revólver 38 que havia ganhado de um madeireiro. Em contrapartida, os próprios Wasusu feriram gravemente dois madeireiros e, no Sararé, três madeireiros e dois garimpeiros foram mortos nos últimos seis meses".

Diante deste clima de tensão, avalia Beiriz que "a qualquer momento poderá ser deflagrada uma guerra intertribal no Vale do Guaporé, estimulada pelos madeireiros, o que poderá acirrar os ânimos da região de maneira irrefreável".

Por outro lado, o indigenista denuncia parece estar havendo o envolvimento das próprias autoridades da região na exploração das terras indígenas, uma vez que estradas vêm sendo patroladas de forma a permitir a entrada inclusive às áreas mais inacessíveis pertencentes aos índios. Segundo assinala Beiriz, máquinas das prefeituras locais são usadas para este fim, enquanto que veículos da Funai são seguidos e abalroados na região de Rio Novo, onde a BR-364 atravessa a Área Indígena do Vale do Guaporé, e servidores do órgão são constantemente ameaçados de morte. Outra acusação feita pelo administrador da Funai é no sentido de que "lobistas profissionais tentam se aproveitar da situação, enganando tanto os índios como os próprios madeireiros.

"Uma tal de Elizabete Vilas Boas, por exemplo, levou o prefeito de Comodoro, Vilson Pomper-mayer, à aldeia indígena Mamoin-dé, para falar de madeiras e arrendamento de terras. Mas acabaram

sendo expulsos e, por pouco, não foram espancados pelas mulheres, conforme relato dos próprios índios", contou Beiriz.

Para o indigenista, "talvez a Funai seja o órgão mais desacreditado do governo". Ele destaca que, na operação realizada no Vale do Guaporé, "pudemos inclusive constatar que estamos praticamente nadando contra a corrente". Beiriz acrescenta que as matas do Vale do Guaporé, que deram origem ao nome de Mato Grosso, que passou a designar a capitania no século XVIII e posteriormente o Estado, "estão sendo devastadas pela febre da madeira e do ouro. Deveríamos até parafrasear Carlos Drummond de Andrade e dizer "Mato Grosso, não há mais".

"O quadro hoje existem no Vale do Guaporé só poderá ser revertido, com mais mortes e roubos sendo evitados, caso venha a haver mais humanidade e atenção para o esbulho que vem sofrendo o patrimônio nacional neste verdadeiro Velho Oeste do Brasil", conclui Beiriz.